

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL PELA
PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR**

**Compreensão do Trabalho em Redes de Conscientização e Combate a
Violência Contra Criança e Adolescente no Município de Paranaguá**

MATINHOS, 2010

WIVIAN APARECIDA CORRÊA COSTA

**Compreensão do Trabalho em Redes de Conscientização e Combate a
Violência Contra Criança e Adolescente no Município de Paranaguá**

Apresentado Trabalho de Conclusão de
Curso (TCC), para obtenção de Título de
Especialista em Questão Social pela
Perspectiva Interdisciplinar da
Universidade Federal do Paraná- Setor
Litoral.

MATINHOS, 2010

**Compreensão do trabalho em redes de conscientização e combate a violência
contra criança e adolescente no município de Paranaguá.**

Wivian Aparecida Corrêa Costa¹

Acadêmica da especialização

Questão Social na perspectiva interdisciplinar

Silvana Marta Tumelero²

Orientadora

Resumo

As ponderações trazidas no decorrer deste artigo são resultados da pesquisa realizada no ano de 2010 com agentes que compõem instituições/organizações governamentais e não governamentais e teve como problema a compreensão do trabalho em redes de conscientização e combate à violência contra criança e adolescente no município de Paranaguá. A proposta desse trabalho se pautou em conhecer as políticas sociais, programas e projetos voltados para a criança e adolescente no Município de Paranaguá e especialmente qual a compreensão dos sujeitos que integram tais instituições quanto ao funcionamento e à articulação entre tais políticas e instituições para o trabalho em rede. Destaca-se também pontos facilitadores e limitantes para a constituição desse trabalho em rede através da ótica destes agentes.

Palavras Chave: Questão Social, Redes, intersectorialidade

Abstract

The weights brought throughout this article are results of research conducted in 2010 with agents that comprise institutions / organizations and governmental and had trouble understanding how the networks work in raising awareness and combating violence against children and adolescents in the municipality of Paranaguá. The purpose of this study was guided to meet social policies, programs and projects for children and adolescents in the municipality of Paranaguá and especially where the understanding of subjects that are part of such institutions in the service and the relationship between

¹ - Bacharel em Serviço Social, (PUC PR) Pos Graduada no curso de Interdisciplinaridade na Perspectiva da Questão e Políticas Públicas para Infância e Juventude (UEPG) E-mail: wivian_costa@yahoo.com.br

² - Professora Assistente da Universidade Federal do Paraná - UFPR/Setor Litoral. Graduada em Serviço Social PUC/PR; Especialista em Filosofia – Pensamento Contemporâneo PUC/PR; Políticas Sociais e Família Unoesc/Chapecó; Mestre em Ciências Sociais PUC/RS; Professora Assistente da Universidade Federal do Paraná - UFPR/Setor Litoral.

such policies and institutions to work network. We also focus on facilitating and limiting points for the establishment of networking through the lens of these agents

Key Words: Social Issues, Networks, intersectoral

A proposta desse trabalho é conhecer as políticas sociais, programas e projetos voltados para a criança e adolescente no Município de Paranaguá e especialmente qual a compreensão dos sujeitos que integram tais instituições/organizações quanto ao funcionamento e à articulação entre tais políticas e instituições para o desenvolvimento do trabalho em redes. O Município de Paranaguá localizada no litoral paranaense é caracterizado por ser pólo regional, com função portuária a qual é sua principal fonte de recursos. Também tem a presença forte o turismo histórico como fonte de recursos econômicos por ser uma das primeiras cidades a serem colonizadas no Estado do Paraná por volta de 1550. O município possui aproximadamente 133.559 habitantes segundo dados do IBGE. Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se de metodologia qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas com representantes/agentes³ de instituições que atuam junto a crianças e adolescentes no Município de Paranaguá. As instituições foram definidas a partir de uma lista de instituições cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social. Nessa lista constam instituições com cadastro ativo e inativo no Conselho. As instituições pesquisadas possuem ligação com doutrinas religiosas (Católica e Evangélica) Também fora identificado o programa “Prioridade Absoluta”, desenvolvido pela FAFIPAR (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá), o qual integrou o grupo pesquisado, além das Secretarias Municipais como a própria Secretaria Municipal de Ação Social ilustrado nesta pesquisa pelo CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde – Programa de Saúde da Família, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação e Conselho Tutelar.

As entrevistas ocorreram entre os meses de maio e julho de 2010, e foram agendadas previamente. A escolha dos sujeitos entrevistados ocorreu da seguinte forma: privilegiou-se nos espaços governamentais entrevistar os profissionais que atuam em programas que atendem a Criança e Adolescente; já nas instituições não governamentais e no Conselho Tutelar, as entrevistas ocorreram com os representantes

³ Para realização da pesquisa foram entrevistados 10 agentes que compõem a equipe técnica das instituições/ organizações. Estes agentes são assistentes sociais, pedagogos, teólogos, psicólogos, administradores e enfermeiros.

dessas instituições. Todas as entrevistas foram autorizadas mediante termo de consentimento livre e esclarecido, e estas foram registradas pela pesquisadora. Quanto aos sujeitos entrevistados, serão identificados por nomes fictícios, preservando suas identidades.

A temática do trabalho em rede é comentada/discutido por inúmeras disciplinas, profissões, pois traz em seu arcabouço, além da perspectiva teórico-conceitual, uma dimensão metodológica que implica obrigatoriamente o desenvolvimento de um trabalho coletivo, na qual todos os profissionais, independente da atuação ou cargos que exercem podem contribuir com sua consecução, por tal razão a atuação em rede é tão citada e requisitada pelas instituições. Cotidianamente os profissionais vêm percebendo que nenhuma instituição/organização não governamental ou órgão governamental consegue responder sozinho às demandas da população. Para tanto é considerável evidenciar a importância que os sujeitos que atuam nas políticas públicas destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes atribuem para esta proposta de atuação em redes.

Estruturou-se o artigo buscando explicitar a discussão conceitual de redes nas políticas públicas; compreensões sobre o trabalho em redes na ótica dos agentes, bem como evidenciar em que consiste este trabalho, quais os pontos limitantes e facilitadores elencados por estes sujeitos para a consecução do trabalho em rede desenvolvido pelas organizações.

Discussão conceitual de redes nas políticas públicas

O trabalho em redes na atualidade vem despertando o interesse de vários profissionais e instituições em consequência das transformações sociais que ocorrem sob a égide do neoliberalismo, geradas no conflito capital x trabalho e em decorrência da redução das funções do Estado, cujos reflexos contemplam entre outros, a fragmentação das políticas públicas e sua execução em responsabilidade partilhada com iniciativas de sociedade civil organizada ou de âmbito privado. A intervenção do trabalho em redes se faz na correlação de forças do capital e do trabalho e visa, em grande parte das organizações, buscar fortalecer o usuário, ampliar a discussão da gestão das políticas públicas com a sociedade em uma perspectiva de horizontalização do poder e das transformações sociais.

Porém, contraditoriamente também identifica-se iniciativas que valorizam a atuação em rede, buscando desresponsabilizar o Estado na cobertura de determinadas políticas e serviços sociais, mas vale lembrar que o trabalho em rede aparece como uma estratégia para o desenvolvimento de um trabalho coletivo. De acordo com Sanicola (2008, p.35) a metodologia de organização dos recursos públicos em rede, “foi amplamente proposto e valorizada nos ambientes operacionais italianos a partir de meados da década de 1970, como consequência da descentralização administrativa e da reforma da saúde” naquele país. Em semelhante determinação, as estratégias metodológicas de trabalho em rede no Brasil são estimuladas a partir das regulamentações de direitos sociais expressos na Constituição de 1988, a exemplo do campo da criança e do adolescente, através da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O processo metodológico de atuação em rede implica

contextualização dos problemas em relação ao lugar em que se manifestam e no qual vivem aqueles que os trazem. O território, nesse sentido, é entendido como entorno, mas também como invólucro, critério de organização de sujeitos e recursos. A hipótese do trabalho de território é de que exista capacidade/oportunidade/espaco real para o trabalho do operador social, no sentido de uma adequação do sistema de ofertas à demanda por meio de uma mudança na organização e uma recomposição dos recursos do sistema de serviços sociais e do território. (SANICOLA, 2008, p.35/36)

É importante também expor que rede é um termo comum e se encontra em uso em qualquer lugar, rede de televisão, redes de computadores, se estabelece em muitas organizações a idéia de rede em relação a interligações. Entretanto, mesmo em seu modo mais usual a noção de rede nos remete à idéia de segurança e/ou controle. Ainda, é passível de compreensão do termo pela indicação de

um objeto que cria uma relação entre pontos mediante ligações entre eles que, cruzando-se, são amarradas e formam malhas de maior ou menor densidade. No ponto de ligação, ou seja, no nó e por meio do nó, acontecem trocas sinérgicas. Essa estrutura particular confere à [...] rede, um conjunto de propriedades, como transparência, flexibilidade, flutuação e resistência. (SANICOLA, 2008, p. 13/14)

As pessoas se organizam em rede em uma constante interação, fortalecendo-se para o alcance de determinados objetivos, seja na busca de recursos materiais ou não. As mais frequentemente observadas são as redes sociais informais ou primárias, constituídas pelas relações de parentesco/familiares, de vizinhança e de amigos; e as redes sociais formais ou secundárias ou formais de trabalho, estudo ou compostas por

aproximações territoriais formais, a exemplo da integração em uma organização de dada comunidade local.

Em outra dimensão, há espaços que se configuram como redes de serviços, a exemplo de espaços institucionais clássicos como a área de saúde e educação que têm por finalidade o atendimento da população, de modo a garantir o direito de acesso e inclusão desta nos diferentes serviços, ainda que concebidos como bens adquiridos na forma de mercadoria (ex. educação privada; planos de saúde, etc). Neste cenário é fundamental que ocorram as interlocuções entre os profissionais que atuam nestes diferentes espaços, não só para conhecerem melhor o que cada um desenvolve, mas para analisar as dificuldades e limitações de cada contexto. Desta forma os agentes/sujeitos que compõem as organizações/instituições que integram uma determinada rede disponibilizam à população condições de acesso a uma rede de serviços dinâmica e capaz de atender a suas necessidades seja de saúde, educação, habitação, assistência social ou seja, de forma integral tendo o cidadão como sujeito de direito, centralizando e priorizando a família no cenário de atuação destas políticas.

Em primeiro lugar, para a consecução de uma rede no campo das políticas públicas, metodologicamente se indica que essa deve adotar os passos do planejamento estabelecendo valores/princípios e evidenciar percepção sobre a os determinantes de problemas sociais e as possibilidades de atuação na resolução destes. Quando se trata de uma rede de enfrentamento e combate à violência contra crianças e adolescentes, deve ser bem explicitado o que se entende por este fenômeno, quais os valores ao tema associados, etc. Assim os agentes que integram a rede estarão tomando consciência das demandas e relacionando-as aos seus determinantes, embora num passo seguinte, precisem qualificá-las mais adequadamente.

A idéia de relação, presente na vida humana, aponta-nos para uma competência que, além de construída, é também compartilhada [...] uma pessoa não pode ser competente sozinha. A qualidade de seu trabalho não depende apenas dela definir-se na relação com os outros. As condições para a realização de um trabalho competente estão na competência profissional e na articulação desta competência com os outros e com as circunstâncias (RIOS, 1999, p 80).

O trabalho em rede constitui-se da necessidade de articulação entre os diversos serviços e dos atendimentos das instituições a uma determinada família, criança, adolescente ou de modo amplo, à comunidade. O objetivo é trabalhar na organização e compartilhar as análises dos atendimentos, bem como encontrar alternativas de atuação evidenciando o que cada serviço pode contribuir para melhor atender determinados

casos. A partilha de informações de atendimento, históricos, propondo complementação com objetivos comuns visa assim uma melhor intervenção. A articulação do trabalho em rede deve acontecer para que as pessoas possam ter conhecimento e desfrutar dos recursos, benefícios, serviços nela disponível.

Pontuados alguns aspectos relevantes e necessários à atuação em redes nas Políticas Públicas, retornamos ao destaque para a conceituação dos tipos de rede. Guará (1998) classifica os tipos de redes que podem ser observadas no espaço local, como: rede social espontânea; redes sócio-comunitárias; rede social movimentalista; redes setoriais públicas; e redes de serviços privados.

A rede social espontânea é constituída pelo núcleo familiar, pela vizinhança, pela comunidade e pela Igreja. São consideradas as redes primárias, sustentadas em princípios como cooperação, afetividade e solidariedade.

As redes sócio-comunitárias são constituídas por agentes filantrópicos, organizações comunitárias, associações de bairros, entre outros que objetivam oferecer serviços assistenciais, organizar comunidades e grupos sociais.

A rede social movimentalista é constituída por movimentos sociais de luta pela garantia dos direitos sociais (creche, saúde, educação, habitação, terra...). Caracteriza-se por defender a democracia e a participação popular.

As redes setoriais públicas são aquelas que prestam serviços e programas sociais consagrados pelas políticas públicas como educação, saúde, assistência social, previdência social, habitação, cultura, lazer, etc.

Redes de serviços privados são constituídas por serviços especializados na área de educação, saúde, habitação, previdência, e outros que se destinam a atender aos que podem pagar por eles.

Redes regionais são aquelas constituídas pela articulação entre serviços em diversas áreas da política pública e entre municípios de uma mesma região.

Redes intersetoriais são aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente.

Estes últimos quatro conceitos/debates de redes perpassam com maior evidência o trabalho em questão, entretanto as demais dimensões se fazem presentes no cotidiano dos usuários atendidos pelas políticas públicas e demandam serem conhecidas pelos agentes de tais políticas. Um ponto a destacar quanto às classificações de rede para o

desenvolvimento do trabalho de organizações/instituições é o conhecimento da dinâmica familiar e comunitária as relações existentes nos espaços onde ocorre a atuação profissional, bem como dimensionar o território em que os sujeitos usuários dos serviços sociais habitam. Conhecer o território significa apreender a dinâmica de funcionamento dos grupos sociais que o integram, as interligações/interações entre os sujeitos e sua comunidade, construir uma relação de diálogo com representantes da comunidade, como presidente de associação de moradores, líderes comunitários, e agentes que integram equipamentos e organizações localizados em cada território.

Para que o trabalho social ocorra de forma interdependente/articulado, é preciso reconhecer as fragilidades, as incompletudes dos serviços e buscar a complementaridade entre esses e os atores sociais, pois a partir do momento que conseguimos visualizar estas inter-relações entre os sujeitos, o que está ao seu redor, seu meio social, os agentes que compõem a estrutura técnica dos serviços podem melhor atender aos usuários.

Frente ao quadro de exclusão social que historicamente se constata no Brasil, e considerando que a garantia dos direitos assegurados na Constituição Federal de 1998 e a partir dela, em leis complementares se dá através das políticas sociais, é adequado refletir também sobre como a gestão social pode determinar estratégias que viabilizem, na realidade local, um processo de inclusão social de modo mais efetivo do que a abordagem clássica das políticas públicas setoriais. Assim as redes sociais surgem como alternativa necessária de enfrentamento às manifestações da exclusão social.

A identificação da rede social em um determinado território permite uma gestão mais próxima do usuário local para isso é importante levar em conta os aspectos geográficos, físicos, econômicos, culturais, políticos e sociais, possibilita a política social e a estruturação de programas, projetos, serviços e ações para o atendimento das demandas sociais, locais, regionais ou globais, assim possibilita-se a discussão sobre as prioridades e sobre as ações que devem ser tomadas, capacidade de reordenamento, de avaliação da qualidade dos serviços prestados, democratização, universalização de acesso e empoderamento da população quanto ao seu protagonismo. Possibilitar à população fazer uma reflexão sobre suas vidas, promovendo a autonomia destas e estimulando a participarem de discussões e processos de práticas culturais, sociais, econômicas e políticas em nível de equidade/solidariedade. Com propósito efetivamente de fortalecer a participação dos cidadãos, grupos, comunidades, sujeitos na vida social, econômica, cultural e política, desta forma possibilitando a emancipação dos sujeitos, grupos, comunidade.

O sistema em rede de inter-responsabilidade pela garantia dos direitos se insere em primeiro lugar, na proposta da *descentralização político-administrativa*, em que a *sociedade* organizada integra as decisões sobre as políticas sociais; em segundo, na participação da população “por meio de suas organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações”, em terceiro, na mobilização da população quando das oportunidades de concorrer ao Conselho Tutelar, ao Conselho dos Direitos ou quando das Conferências Municipais, formação dos fóruns e outras mobilizações; e, em quarto, na municipalização, no sentido do município exercer sua autonomia de legislar sobre a implantação dos Conselhos Municipais, Conselhos dos Direitos, Fundos para aplicação nas políticas públicas, construir a política, Plano Municipal de Ação, em coordenação articulada com a União, o Estado Membro em todos os níveis.

As políticas setoriais que constituem seus próprios sistemas e os denominam rede – rede de saúde; rede de educação, etc. atendem aos usuários paralelamente às demais políticas, desenvolvendo gestão centralizada, desarticulada e hierárquica, através de práticas que não visualizam o sujeito em sua totalidade, pois abordar a realidade de vida dos usuários por dimensões e questões isoladas não dá conta de promover a qualidade de vida, de fomentar o desenvolvimento, de superar a exclusão social. “Gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas.” (CARVALHO, 1999, p.19).

As políticas sociais se engendram em uma arena de lutas uma relação de forças e neste jogo que se estabelecem as políticas sociais, estas são criadas para o enfrentamento das expressões da questão social que não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária do seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresário e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Carvalho e Yamamoto, 1983, p.77).

A gestão social orientada pela Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica de Assistência Social sugere que “a administração do conjunto das políticas públicas e as instituições que as põem em prática passem por um profundo processo de renovação.” (GUARÁ et al, 1998, p. 11). Pode-se citar o exemplo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com sua gestão descentralizada e participativa, baseada em conselhos municipais, segue essa

nova perspectiva de atuação intersetorial, contribuindo para que as iniciativas deixem de ser setorializadas, desarticuladas, com características centralizadoras e hierárquicas.

Para tanto é importante apreender como a rede de políticas públicas está estruturada para atender as demandas e necessidades sociais da população no âmbito territorial, relacionadas a situação de risco social a que sujeitos e grupos sociais estão expostos, bem como avaliar a demanda potencial por inclusão e emancipação neste atendimento, na perspectiva de superar as ações paralelas e imediatistas, assim como cita Inojosa (2002) gestão social em redes é uma estratégia “de enfrentamento das expressões da questão social, visando ampliar seu impacto e a superação do trabalho fragmentado, setorializado e paralelo”.

Portanto pode-se dizer que a gestão social tem como princípio a descentralização, participação social e intersetorialidade. Esta última no sentido de articulação entre as políticas públicas, no desenvolvimento de ações em conjunto visando à proteção, inclusão e promoção dos sujeitos, esta também traz consigo o princípio de construção das redes municipais. Estas redes são, na verdade, uma forma de organização pautada pela ética, com estrutura horizontal, autônoma, na qual a participação é incentivada, a diversidade valorizada e o protagonismo desenvolvido. Esta perspectiva que inicialmente aparece como idealização do trabalho em redes, não abdica da percepção construída nesse mesmo contexto dos anos de 1990, no qual as redes são concebidas, segundo Castells (apud Martinho, 2001, p.27) como elementos que constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e sua difusão modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

Compreender a dinâmica de atuação em redes pressupõe que se tenha clareza de que a articulação dos diferentes agentes nesse processo não ocorre sem conflitos. Ao contrário, como afirma Marques, (2006, p.20) “as relações e as posições nas redes constituem estruturas relacionais que constroem escolhas, dão acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder, tornam certas alianças ou conflitos mais ou menos prováveis e influenciam os resultados da política”. Ou seja, como expõe Tumelero (2010), esta compreensão evidencia as redes de relações interpessoais e sociais que influenciam as ações em diferentes âmbitos, permitindo, no caso das políticas sociais, a explicitação de práticas de gestão e suas conseqüências localizadas no espaço social e temporal.

No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, abriu-se espaço para uma concepção

positiva da criança e do adolescente, considerando-os como sujeitos de direitos e prioridade no acesso às políticas públicas. É na esfera das políticas públicas que consolida-se o papel do Estado na promoção, prevenção e defesa dos direitos universais e estas se sustentam na Doutrina da Proteção Integral que trazem como alvo a violação dos direitos, conferido assim o lugar efetivo das crianças e adolescentes nas relações de cidadania.

Essa nova representação social da criança e do adolescente, que os toma como sujeitos de direitos, não os categoriza como pobres, ricos, pretos, brancos, abandonados, ou quaisquer outras classificações discriminatórias. Seu referencial empírico são todas as crianças e adolescentes tomados como uma categoria social, como cidadãos. (PINHEIRO, 2001).

Por fim deve-se direcionar o nosso olhar e pensar novamente o rumo das ações das políticas públicas destinadas à família, criança e adolescente e encarar o desafio de, a partir do princípio da intersetorialidade, utilizar-se da metodologia do trabalho em rede como uma estratégia para conseguir produzir respostas às demandas sociais numa perspectiva de garantia dos direitos fundamentais destes segmentos cada vez mais empobrecidos material e culturalmente pelo processo sócio histórico de exclusão social. A garantia desses direitos está correlacionada aos espaços institucionais, seus instrumentos e principalmente aos agentes que os compõem, depende destes e por conseguinte, deles também depende a possibilidade da consecução do trabalho em redes.

Assim podemos dizer que o trabalho em rede se configura como um facilitador no acesso dos cidadãos às políticas públicas como estratégia de enfrentamento das expressões da questão social em um determinado território, pois ao se pensar em políticas públicas temos que analisar as transformações demográficas e as realidades regionais. As políticas públicas são os meios para efetivar os direitos sociais, conforme previstos no ordenamento legal de cada sociedade. De acordo com Lima (1996) as políticas públicas são linhas ou estratégias de ação coletiva do Estado e da sociedade de intervenção na realidade, para concretização dos direitos de cidadania e como tais direitos são abstratos, elas atuam como mediadoras na concretização de tais direitos

O que será abordado a seguir abrange a compreensão de redes a partir da perspectiva dos sujeitos que atuam nas políticas públicas no Município de Paranaguá, contemplando no texto também os elementos que favorecem a atuação em rede e os pontos complicadores para a sua execução.

Compreensão do trabalho em rede pela ótica dos agentes que atuam nos serviços sócio assistenciais

Inicialmente apresenta-se a compreensão do trabalho em redes através da ótica dos agentes que compõem a equipe técnica dos serviços públicos, organizações não governamentais e programas desenvolvidos no Município de Paranaguá.

Pode-se evidenciar através da fala dos entrevistados o trabalho em rede sendo um trabalho conjunto, realizado por várias instituições, com formas diferentes de atuação, conforme a fala do entrevistado José “O trabalho em rede é [quando] inúmeras instituições realizam trabalho diferenciados, unidas, formam uma rede”.

Também se verificou que alguns entrevistados identificam o trabalho em rede como sendo uma parceria entre as instituições e que esta deve ocorrer conforme cada caso, tendo como prioridades desse trabalho o encaminhamento de tais casos/situações atendidas.

“Cada caso deve ser analisado e a parceria deve ser feita de acordo com o caso, a instituição deve fazer um relatório e encaminhar para outra instituição. Uma instituição deve trabalhar com a outra, encaminhamento em parceria”. (Tatiane).

Através da fala dos entrevistados identifica-se que os entrevistados relatam a importância de não realizar um trabalho fragmentado, mas também ocorre confusão quanto ao entendimento dos encaminhamentos para as instituições ou sujeitos específicos dessa determinada instituição. “[...] exemplo do abuso sexual - muitas das vezes acontece que os usuários são encaminhados para as pessoas e não para os equipamentos, não tem como se trabalhar isolado, no meu trabalho demanda de outros equipamentos, independente das especificidades de cada profissional ou instituição, e nesta relação de trabalho acaba influenciando o meu trabalho e no trabalho do outro”. (Cristiane)

Cabe lembrar que as instituições são representadas e compostas por sujeitos e são nas relações interpessoais, com base em argumentos convincentes que o trabalho de encaminhamentos e o acesso a determinados serviços são conseguidos.

O desenvolvimento do trabalho em redes é pautado pela ética, com estrutura horizontal, autônoma, na qual a participação é incentivada, a diversidade valorizada e o protagonismo desenvolvido. Os objetivos do trabalho que se pretende em rede, devem ser definidos e elaborados coletivamente e nesse processo devem estar representantes

do poder público, das organizações da sociedade civil, organizações não governamentais, organizações sociais de origem empresarial (Institutos e Fundações), profissionais independentes.

Neste sentido é fundamental haver estímulo aos agentes para a continuidade nos trabalhos desenvolvidos em coletivo, não apenas em parcerias pontuais com fim em si mesmas como vem acontecendo, pois a população atendida nesses espaços é a mesma. Assim se deve concentrar os esforços privilegiando as discussões para a resolutividade das questões identificadas/trabalhadas. Portanto, independente do formato metodologia para o desenvolvimento do trabalho em rede, é salutar que se leve em consideração seus agentes e, principalmente, por parte dos gestores, os estimular a discutirem e planejarem as ações coletivamente, priorizando as relações interdisciplinares e multiprofissionais.

A Rede de Proteção não é um novo serviço, mas sim uma concepção de trabalho que dará ênfase à atuação integrada e intersetorial, envolvendo todas as organizações que desenvolvem suas atividades com crianças, adolescentes e suas famílias e os próprios interessados. Essa concepção de trabalho em rede permite a entrada de novos parceiros e que estes se agreguem aos princípios e ações propostas. É um espaço aberto ao pluralismo de idéias e à diversidade cultural, tendo em cada membro o desempenho de ações previamente acordadas, objetivando a eficiência e eficácia do processo. A construção do trabalho em rede leva em consideração que este processo está em permanente construção, implicando necessárias mudanças culturais e superação de hábitos arraigados de trabalho setorizado e verticalizado. “Ampliar parceiros, envolver instituições governamentais e não governamentais e a comunidade são algumas diretrizes que norteiam a Rede de Proteção” (BRASIL, 2006, p. 16).

Desenvolvimento do trabalho em rede a partir da compreensão dos agentes dos serviços sócio-assistenciais

Nesta segunda parte se busca identificar em que consiste o trabalho em redes desenvolvido pelas organizações/instituições pesquisadas e em que situação ele é utilizado.

Novamente o que ficou evidente na fala da maioria dos entrevistados é que o trabalho ocorre através de parcerias pontuais de acordo com cada caso, ou através de palestras previamente agendadas, mas que não tem uma metodologia definida

previamente. “Caminho inverso partindo da prática para a teoria. Uma das dificuldades que temos tido é devido à falta de ter colocado no papel, escrito um fluxo de atendimento, pois a demanda está aumentando, estamos pensando em escrever um projeto, teorizar, definir estratégias de intervenção para afinar o discurso e levantar demanda para não cair no atendimento emergencial não deixar fugir dos acompanhamentos que requerem e demandam acompanhamentos contínuos orientação.” (Cristiane).

Percebe-se que os agentes das instituições pesquisadas preocupam-se em não realizar um trabalho fragmentado ou de respostas imediatistas. Porém o que também se percebe é que no cotidiano dessas instituições as demandas de atendimento vem aumentando e que não se tem produzido espaços reflexivos para analisar tais demandas, assim, ainda que auto-criticado pelos agentes, o trabalho nessas instituições está focado em respostas imediatas às demandas postas.

Quando questionados se as organizações/instituições possuem trabalho desenvolvido com outras instituições e se isto ocorria ou não, a maioria respondeu que sim e que tal prática interinstitucional ocorre na forma de parcerias pontuais, muitas vezes através de palestras, como podemos evidenciar nos depoimentos a seguir: “Sim realizamos trabalho em parcerias previamente solicitadas para realização de palestras para orientação e prevenção de drogas, planejamento familiar, são trabalhos específicos e pontuais [...] Não existe um trabalho articulado com outras instituições. Não tem planejamento. São ações pontuais como palestras de orientação e prevenção previamente solicitadas” (Sandra).

“[...] Em forma de parcerias, com palestras desenvolvidas nas escolas, participação em eventos focados na área de criança e adolescente, voltados a minimizar abusos contra crianças e adolescentes. Ocorre através de blitz educativa, panfletagens, além de parcerias com Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS, Núcleo Regional de Educação, Juizado da Infância e Juventude [...] Não segue uma metodologia ou planejamento. O trabalho com instituições que atendem o mesmo problema [...] tivemos um trabalho pautado em atender a mesma demanda, trabalho desenvolvido com instituições em parcerias” (Patrícia).

Também fica evidente na fala da entrevistada a seguir, que o planejamento das instituições/organizações não ocorre de forma articulada. “O planejamento ocorre em cada serviço, porém não acontece em todas as organizações e nem é cogitada a

possibilidade de conceber as atividades de modo articulado entre os vários serviços num planejamento integrado da Rede” (Ângela).

Muitas vezes as pessoas só visualizam a rede quando precisam dela. Ela surge a partir do momento em que se identifica um problema e é preciso acionar os demais serviços/instituições/organizações. Sendo assim, de modo geral, estas organizações/instituições se articulam, pois percebem que para alcançar determinado objetivo não é possível de forma isolada e necessitam somar esforços e recursos, se fortalecerem, complementarem, trocarem experiências.

Este, sem dúvida, é um bom momento para se repensar as ações desenvolvidas no interior das instituições e para privilegiar a articulação dos atores destes locais, definindo os objetivos construindo um planejamento coletivo.

Neste sentido a rede busca objetivar a garantia dos direitos, sua atuação se pauta no enfrentamento às violações desses direitos, funcionando como um sistema organizacional capaz de unir sujeitos e instituições/organizações de forma democrática e participativa com perspectivas e intenção voltada para os mesmos assuntos, interesses em comum, pois compreende o complexo de relações acionadas, em diferentes momentos, pelos agentes de cada organização para garantir esses direitos.

“As redes rompem o isolamento das pessoas e das organizações, evitam a duplicação de ações e viabilizam a realização de atividades integradas porque atuam de maneira sistêmica e sinérgica” (Schlithler, 2004).

As redes devem decidir internamente a sua política de funcionamento, de forma democrático-participativa, o que pode ser traduzido num projeto coletivo, pois é de fundamental importância considerando que todas as organizações representadas numa dada rede devem acreditar nele, lutar pelos seus valores, etc. De acordo com o Guia de Orientações para implementação da rede de proteção a violência contra criança e adolescente (2010) há o destaque de algumas características que são centrais para o desenvolvimento do trabalho em rede como:

Dinamismo: a rede é uma estrutura flexível, dinâmica e em movimento. Ela é multifacetada. Cada retrato da rede, retirado em momentos diferentes revelará uma face nova. Dentre tais faces se pode mencionar: Participação - a cooperação é a que a faz funcionar, sem participação ela deixa de existir; Horizontalidade - a rede não possui hierarquia e nem chefia. A liderança provém de muitas fontes e pode variar conforme o momento ou o tipo de ação; Múltiplas composições - uma rede pode se desdobrar em múltiplos segmentos autônomos (sub-redes), capazes de operar independentemente do

restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Mas o que se pretende deixar claro é que independente do formato/metodologia que os agentes venham a construir é que estes primeiramente devem ter clareza das políticas desenvolvidas no interior de suas instituições e também conhecer os demais agentes atuantes nas instituições de seu Município, reconhecendo os recursos disponibilizados por estas seus programas/projetos.

Itens facilitadores e limitadores do trabalho em rede

Os agentes representantes das instituições também foram questionados a explicitar, pela sua ótica, quais os pontos facilitadores e limitadores do trabalho em rede, tendo sido elencados os seguintes:

- **Parcerias:** Nas entrevistas, para muitos dos agentes a rede é percebida como parceria existente entre as instituições/organizações. Ainda que as visões apreendidas contemplem as ações interinstitucionais, estas se evidenciam mais pelos processos de encaminhamentos de casos para resolução de um problema, entretanto o que se quer destacar é que ao se conceber as políticas de atendimento, a referência deveria ser de políticas intercomplementares, evitando paralelismo – típico de situações em que serviços, programas ou equipamento são projetados e implementados tendo um fim em si mesmos. O trabalho em rede pressupõe o reconhecimento da incompletude institucional e a importância da articulação e da integração como estratégias de efetivação dos princípios da doutrina da proteção integral. Portanto o conceito de rede sobrepõe as parcerias com fim na solução de um determinado caso. A relação interinstitucional deve ir além, no sentido de assegurar um trabalho coletivo no alinhamento de estratégias de intervenção, criar métodos de trabalho conjunto. Segundo o Guia de Orientações para implementação de rede (2010) a principal responsabilidade da rede é: identificar, notificar, atender e manter uma atitude vigilante.

- **Trabalho em conjunto:** Para muitos dos pesquisados o trabalho em conjunto é importante para a resolução dos problemas identificados pelas instituições. E este se traduz, como já mencionado anteriormente em ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais e pela garantia dos direitos dos usuários.

Os agentes entrevistados vêm desenvolvendo um trabalho, para o qual atribuem sentido de ação conjunta quando pautam com outras organizações ou setores, a realização de atividades conjuntas, a exemplo de palestras eventuais ou participações esporádicas em eventos. O que se busca trazer para a presente reflexão é que muitas destes agentes realizam ou já realizaram ações pontuais de modo integrado interinstitucional ou intersetorialmente, o que deve ser objeto de valorização pelos gestores, estimulando-os à continuidade e amplitude destas ações a longo prazo e com o envolvimento intersetorial.

Deste modo, na área da criança e do adolescente, entende-se rede como “conjunto integrado de instituições governamentais, não governamentais e informais, ações, informações, profissionais, serviços e programas que priorizem o atendimento integral à criança e adolescente na realidade local de forma descentralizada e participativa.” (HOFFMANN et al, 2000, p. 6).

- Troca de experiências: outro ponto levantado e levado em consideração pelos entrevistados é a troca de experiências, ponto este relevante para a continuidade da rede. As instituições têm procurado desenvolver ações conjuntas, nos níveis local, regional, nacional e internacional, cujas experiências em rede de troca de informação, articulação institucional e política e implantação de projetos comuns têm demonstrado as vantagens e os resultados de ações articuladas e de atuações desenvolvidos em parcerias e alianças (BARBOSA, 2002). É nesse contexto de necessidade de cooperação, participação, horizontalidade de relacionamentos, valores compartilhados, e necessidade de complementaridade entre as instituições/organizações e atores sociais, que surgem as redes, como sinônimos da prática e atuação da articulação da sociedade civil.

- Comunicação/interlocução entre os agentes: Os agentes ponderaram que a interlocução existente entre ele é uma grande aliada para a realização dos encaminhamentos dos atendimentos, relatam que muitos destes encaminhamentos são firmados por solicitações/memorandos. Os agentes também trouxeram que as relações sociais existentes entre as instituições também se tornam grandes aliadas no momento de realizar um encaminhamento.

Em uma rede as informações devem circular horizontalmente, há o estabelecimento da intercomunicação, pois, os fios que ligam entre si, os nós de uma rede são canais pelos quais transitam as informações. Não há informações que só ou

algumas pessoas detêm. Pode-se elucidar que as relações sociais existentes entre os agentes é um dos pontos mais importantes para a construção de um trabalho coletivo, pois é através destas interlocuções que ocorrem as discussões para o desenvolvimento dos objetivos comuns.

Os quatro pontos apresentados pelos pesquisados são importantes para a consecução do trabalho em rede, pois nos remetem à interlocução entre os sujeitos no sentido de dialogar sem fronteiras sobre o personalismo e o corporativismo, pois cabe lembrar que as relações estabelecidas entre os diversos agentes constituem a esfera pública. Sendo assim um dos maiores desafios das redes são as mudanças culturais e uma das possibilidades que nos é posta está no trabalho intersetorial, através do desenvolvimento de ações conjuntas e integrais, mas isso só será possível se os sujeitos envolvidos estiverem dispostos a romperem com tradições culturais patrimonialistas e clientelistas no âmbito da execução dos serviços e políticas públicas.

Os agentes pesquisados trazem à tona três elementos consideráveis para a organização das redes, mas ao mesmo tempo limitadores, pois como já citado possibilitam a superação de um modelo de trabalho fragmentando, no qual os agentes que compõem as instituições e as suas relações são os elementos centrais desta nova possibilidade.

- Responsabilidade: conforme os depoimentos dos agentes, o que ainda predomina no trabalho em rede realizado entre sujeitos das organizações, ocorre sob uma perspectiva corporativista, interinstitucional. É preciso que a rede tenha legitimidade política e social, isso não quer dizer que ela seja institucionalizada no sentido de subordinação a uma ou outra organização. Cita-se a legitimidade como incorporação das rotinas e práticas de trabalho.

Os agentes relatam que em muitas das ações desenvolvidas falta o comprometimento dos próprios colegas agentes do trabalho. Ao fazerem tal afirmação trazem como exemplos alguns encaminhamentos que acabam sendo travados/emperrados devido às próprias demandas existentes no interior das instituições ou pelo excesso de burocracia “todas as parcerias firmadas, como palestras para a prevenção nas escolas ou encaminhamentos são firmadas através de solicitações por escrito, às vezes encaminhamos estas solicitações e acabam (os responsáveis pelo retorno) demorando no envio das respostas” (Sandra).

Percebe-se que os atendimentos no interior das instituições estão tomando proporções emergenciais e que estas demandas do cotidiano profissional não estão sendo visualizadas e analisadas em uma perspectiva de totalidade/integralidade e complementaridade.

- Comunicação: foi apontado como uma das falhas no trabalho desenvolvido pelas instituições/organizações a falta de entendimento/desorganização. No trabalho em redes a comunicação deve ser intensa e chegar a todos os sujeitos de forma clara e sistematizada para melhorar o entendimento entre os agentes das instituições. É possível se utilizar da estratégia de criar um fluxo de comunicação e de atendimento, mas deve-se priorizar os encontros presenciais onde ocorram as trocas de informação e o desenvolvimento de ações coletivas. Apreende-se que devido aos atendimentos emergenciais/imediatistas os agentes muitas vezes acabam se cercando de vários instrumentos normativos que burocratizam os serviços e com isso a comunicação se torna deficiente, limitando-se a apenas documentos solicitações/ memorando/ requerimentos e não diálogos qualitativos sobre os processos de trabalho implicados nas políticas em questão.

- Planejamento: Os sujeitos entrevistados expõem a falta de planejamento voltado a ações conjuntas, revelam que cada instituição elabora suas ações sem articulação com as demais, e que o planejamento de ações coletivas ocorre esporadicamente, ou através de parcerias pontuais para ações específicas.

O planejamento envolve a sistematização dos objetivos, das ações, definições de responsabilidades metodologia de trabalho. Essas sistematizações devem ser propostas e organizadas por todos os agentes, para que isso ocorra é necessário que estes organizem encontros periódicos para definir as estratégias de atuação da rede, bem como a metodologia de trabalho.

Todos esses pontos levantados pelos entrevistados são de extrema importância para a constituição da rede. Nos espaços propiciados pela atuação em rede, se produzem leituras interdisciplinares do real, há possibilidade de construção de visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduz de forma cooperada o trabalho. A atuação em rede requer o rompimento de antigas práticas e evoca um novo olhar perante a realidade e os desafios colocados no cotidiano. Para que esse trabalho aconteça de forma interdependente é preciso reconhecer a incompletude dos serviços e a importância das instituições/organizações estarem atuando juntas no sentido de completude.

Considerações finais

A presente pesquisa se propôs a realizar uma reflexão quanto à compreensão do trabalho em rede através ótica dos agentes/representantes das instituições/organizações. A partir dos depoimentos daqueles atores foi possível verificar que não ocorre o trabalho em rede nas políticas públicas, pois não é identificado ou reconhecido o exercício de planejamento e ações articuladas ou integradas entre eles.

Para que o trabalho em rede se configure é necessário um espaço de construção e capacitação permanente dos agentes que atuam nas políticas e serviços destas organizações/instituições. É fundamental que os agentes sociais assumam e exerçam um trabalho intersetorial, para que isso ocorra implica-se que estes sujeitos conheçam os diferentes espaços de atuação das políticas públicas seus investimentos, recursos, etc.

A concepção do trabalho em rede identificada como predominante na pesquisa, é definida pelas ações do cotidiano expressas em parcerias pontuais, encaminhamentos intra-organizacionais.

Os pontos de limitação para a concepção deste trabalho se traduzem na dificuldade de comunicação e articulação entre os serviços, criação de planejamentos integrados, sendo possível identificar também dificuldades encontradas para o desenvolvimento dos atendimentos com vista à integralidade do público usuário e a intersetorialidade das ações.

Percebe-se que existe uma intenção no sentido de integrar as áreas e os serviços com discussões para o rompimento de ações compartimentadas, porém, com poucos resultados em virtude dos interesses setoriais. Predominância, na visão dos responsáveis pelo atendimento, de implementação de políticas fragmentadas prevalecendo a atuação em “rede” como aquela de característica intrasetorial, de natureza institucional em detrimento da construção coletiva de políticas públicas.

Esse processo leva a refletir quanto à relevância da intersetorialidade das políticas públicas, desenvolvendo ações integradas entre as organizações/instituições conforme Sposati (2006) (apud BERTELLI *et al*).⁴

⁴ SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersetorial: Sim ou não? Comentários da experiência, Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2006.

A intersetorialidade desenvolve um saber resultante da integração ou das áreas de contato. O que a move, sob o princípio da convergência, é o pacto de uma ação coletiva, integrada para um objetivo. Ela causa mudanças na cultura da gestão e na cultura dos agentes institucionais. A idéia de pacto de gestão vai além da solução de problemas ou do aumento da capacidade de resolução. Produz uma nova inteligência institucional, um novo domínio da realidade e traz o debate da inovação, superando o modelo de resposta pronta e única. Com isto permite a porosidade democrática no modelo de gestão que possibilita enfrentar novos problemas, criar nova linguagem e novas respostas.

Observa-se também que as instituições possuem demandas urgentes e que a maioria dessas não obtém resolutividade na recorrência do trabalho realizado atualmente por essas instituições. Portanto “as dificuldades para as transformações institucionais decorrem dos limites impostos pela diversidade, pois se de um lado os processos coletivos são mais potentes, de outro, são mais lentos e trabalhosos”. Carneiro apud (FUERWERKER et al 2006 p. 26) ⁵.

O procedimento de concepção de uma rede demanda, de início se apresenta como uma ação conjunta, pois para a construção de tal processo é indiscutível a necessidade do esforço de todos os agentes para a formação e a gestão desta rede, pois solicita/implica a participação e o comprometimento de todos os envolvidos. Mais complexo ainda se torna tal processo à medida que é necessário compreender e respeitar valores e elementos culturais de cada indivíduo, entretanto, exigindo em algumas situações sua problematização. Desta forma, ter clareza do que é falar em rede de políticas públicas, quais suas características principais, também o que não a constitui, pode contribuir para a definição da atuação mais efetiva nas políticas públicas sócio-assistenciais e na evidenciação de quais as intenções e forças presentes, bem como os objetivos que se deseja alcançar com tal trabalho. Importante também é a explicitação das características/elementos a serem observados na formação e na manutenção da rede.

⁵ FEUERWERKER, I; COSTA H. Intersetorialidade na rede UNIDA. Divulgação m Saúde para Debate, Rio de Janeiro, 2000.

Referências

BARBOSA, A.C.M.M., coord.; COSTA, A.C.R., coord.:BNDES Social. **Redes Locais de Atenção à Criança e ao Adolescente**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

BERTELLI, Edilane et al. **Problematizando a atuação em rede de organizações sócio-assistenciais na área da infância e adolescência**. Porto Alegre, 2008.

BRASIL. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**, Brasília, 2006.

CARNEIRO, Rosely Vaz. **Reflexão sobre a resolutividade da rede integrada de atendimento à criança e ao adolescente na microregião 2 da cidade de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12310>. Acesso em 02 de março 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social: alguns apontamentos para o debate**. In: RICO, Elizabeth de M. e RAICHELIS, Raquel (orgs.) *Gestão Social: uma questão em Debate*. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

GUARÁ, et al. **Gestão Municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE/PUC – SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

HOFFMANN, C. de F. M.; BOURGUIGNON, J.; TOLEDO, S. e HOFFMANN, T. **Reflexões sobre rede de atendimento à criança e ao adolescente**. Núcleo de Estudos sobre a questão da criança e do adolescente. Ponta Grossa/ Pr: UEPG, 2000.

INOJOSA, Rose Marie. **Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional**. Revista de Administração Pública. vol. 32, março/abril, Rio de Janeiro, 1998.

KAUCHAKJE, Samira. **Rede Social e Territorialidade: dimensões da gestão social**. Texto didático, 2005.

Leal, Maria Cristina. (org). *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. 2º edição. Cortez, 2002.

LIMA, L. **Construindo um objecto: para uma análise crítica da investigação portuguesa sobre a escola**. In: BARROSO, J. (Org.). *O estudo da escola*. Porto: Porto Ed., 1996. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362007000100007&script=sci_arttext. Acesso em 22 de agosto.2010.

MARQUES, Eduardo César. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 41, São Paulo, Out. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300004&lng=en&nrm=iso.

_____. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, n. 60, São Paulo,

Fev. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100002&Ing=en&nrm=isso.

MARTINHO, Cássio. Algumas palavras sobre rede. In: REIS, Liliane da Costa; SILVEIRA, Caio Márcio (orgs). **Desenvolvimento local: Dinâmicas e estratégias**. Rede DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, p. 24-30, Jul. 2001.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Criança e Adolescente. Orientações para implementação de redes, Versão Preliminar, Curitiba, 2010.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. **A criança e o adolescente no cenário de redemocratização: representações sociais em disputa**. Fortaleza: 2001. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.

PINTO, Carla. **Empowerment, uma Prática de Serviço Social**, 1988, in BARATA, O (coord), *Política Social* – Lisboa: ISCSP.
<http://www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.pdf>. acesso 03 de julho.2010

RIOS, Terezinha Azevedo. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez, 1999 (Coleção Questões da nossa Época, v. 16).SANICOLA, Lia. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. (Tradução Durval Cordas). São Paulo: Veras Editora, 2008. (Série Livros-texto; 3).

SANTOS, Hermílio. Grupos de interesse e redes de políticas públicas: uma análise da formulação de política industrial. *Civitas: Revista de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC/RS, Porto Alegre, EDIPUC-RS, ano 2, n. 1, jun. 2002.*

_____. Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. *Civitas: Revista de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC/RS, Porto Alegre, EDIPUC-RS, vol.5, n. 1, jan-jun. 2005.*

SCHLITHLER, C. R. B. **Redes de Desenvolvimento Comunitário: iniciativas para a transformação social**, SP, Global/IDIS, 2004.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas: Revista de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC/RS, Porto Alegre, EDIPUC-RS, vol.5, n. 1, jan-jun. 2005.*

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 24, Dez. 2003 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>? Acesso em 05 Set. 2010.

TUMELERO, Silvana et al. Concepções, proposições e limites do trabalho em redes nas políticas sociais. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, Versão digital em CD-ROOM do evento, agosto de 2010.